

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE
LEI Nº 4998, DE 2024**

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo 60+ e estabelece diretrizes para a oferta de linhas de crédito e ações de capacitação voltadas a pessoas com 60 anos ou mais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo 60+, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, promover a independência econômica, a inclusão produtiva e o envelhecimento ativo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Art. 2º São diretrizes do Programa:

I – promoção de linhas de crédito com condições diferenciadas, a serem ofertadas por instituições financeiras públicas e privadas, nos termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil;

II – priorização do acesso ao crédito para microempreendedores e pequenos empresários com idade igual ou superior a 60 anos;

III – capacitação técnica e gerencial voltada ao empreendedorismo sênior, com foco em gestão, finanças, marketing, inovação, inclusão digital e tecnológica;

IV – estímulo à cooperação entre entes públicos, setor privado e organizações da sociedade civil, para execução descentralizada das ações previstas.

Art. 3º O crédito poderá ser destinado, nos termos do regulamento, a:

I – microempreendedores individuais (MEI);



II – micro e pequenas empresas lideradas por pessoas com 60 anos ou mais;

III – empreendimentos individuais ou cooperativos geridos por pessoas com 60 anos ou mais.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará o Programa, devendo assegurar, dentre outros aspectos:

I – taxas de juros reduzidas, inferiores à média de mercado;

II – prazos estendidos para pagamento, com possibilidade de carência inicial;

III – sistemas de garantia simplificados, compatíveis com a realidade do público-alvo;

IV – vedação à discriminação etária na concessão do crédito, desde que cumpridos os requisitos técnicos e legais.

Art. 5º As ações do Programa poderão ser executadas por meio de contratos, convênios, termos de cooperação, instrumentos de execução descentralizada e outros mecanismos de articulação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e entidades privadas, nos termos do regulamento.

Art. 6º O art. 28 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“IV – incentivo ao empreendedorismo e acesso facilitado ao crédito para pessoas idosas.”

Art. 7º O art. 4º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

II – de financiamento aos tomadores finais dos recursos, podendo estabelecer estratificações que priorizem e estimulem os segmentos de mais baixa renda e o empreendedorismo por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.” (NR)

Art. 8º O §13 do art. 2º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:



“§13. Como medida para estimular o empreendedorismo por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, deverá ser assegurada a adesão prioritária e facilitada ao Pronampe, nos termos do regulamento.” (NR)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BETO RICHA
Relator

Deputado BETO RICHA
Presidente

